

BRASIL
PERFIL DE PROJETO (PP) - PROJETO (BR-L1207)
PROPOSTA DE ADESAO À LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL (CCLIP-PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte - PROFISCO/RN	
Número de Projeto:	BR-L1207	
Equipe de Projeto:	Ana Lúcia Paiva Dezolt (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Luiz Villela (ICF/FMM); Fátima Cartaxo (FMM/CBR); María Bernadete Buchsbaum (LEG/SGO); Luciana Pimentel (Consultora); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Mutuário	Estado do Rio Grande do Norte	
Órgão executor:	Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte (SET/RN)	
Plano de financiamento:	IDB: (CO)	US\$ 7,000 milhões
	Local	<u>US\$ 1,068 milhão</u>
	Total	US\$ 8,068 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	B.14
	Categoria:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da linha de crédito PROFISCO (BR-X1005). Esta linha de crédito está sendo processada e sua aprovação está prevista para o terceiro quadrimestre de 2008.
- 2.2 **Contexto macro-econômico.** O Estado do Rio Grande do Norte está localizado na Região Nordeste do Brasil e ocupa uma área de 53.077,3 km², com uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes, sendo 70% localizada na área urbana e 30% na área rural. Em 2005 o Estado contribuiu com 0,8% (R\$17,862 milhões) do Produto Interno Bruto - PIB Nacional e 6,0% do PIB Regional. A economia do Estado está baseada na área de serviços (55%), seguida da Indústria (26%), Comércio (12%) e Agropecuária (5%). Neste ano o PIB estadual apresentou um crescimento de 4,3%, acompanhando o crescimento regional de 4,6% e acima do índice nacional de 3,2%.
- 2.3 A renda *per capita* do Estado em 2005 foi de R\$5.948, bem abaixo da média nacional (R\$11.658), colocando-o em 20º lugar no *ranking* nacional. Por outro lado, no período de 1991 a 2000 o Estado alcançou uma grande evolução no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH saindo de 0,618 para 0,702, situando-se na faixa de desenvolvimento considerada média, encontrando-se no 18º lugar no *ranking* nacional.
- 2.4 **A gestão fiscal do Estado do Rio Grande do Norte: avanços e tarefas pendentes.** Nos últimos 10 anos, a SET/RN desenvolveu um amplo processo de fortalecimento

institucional, financiado em grande medida com recursos do BID, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), executado no período de 1997 a 2006, cujos principais resultados observados foram:

- 2.5 *Área de Administração Tributária:* (i) estabelecimento do plano anual de metas e objetivos fiscais e de reuniões semanais com coordenadores e sub-coordenadores para acompanhar o desempenho do planejamento; (ii) implantação do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT); (iii) implantação de solução de e-gov com foco no atendimento ao contribuinte, reduzindo a necessidade de atendimento presencial; (iv) disponibilização diária da evolução da arrecadação, por grupo de contribuintes, confrontando metas estabelecidas e avaliando o crescimento em relação aos meses e anos anteriores; (v) implantação da arrecadação com validação *on line* dos dados; (vi) implantação do auto-atendimento bancário para recolhimento de receitas estaduais; (vii) implantação de sistema de controle das execuções contra a fazenda pública e de precatórios e de sistema de controle de créditos em cobrança judicial; (viii) disponibilização via internet de informações sobre o atendimento prestado ao contribuinte/devedor; e (ix) implantação de controle de produtividade, onde é possível programar, monitorar e mensurar os resultados da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).
- 2.6 *Área de Administração Financeira:* (i) implantação de modelo de gestão da administração financeira baseado na visão sistêmica do processo (gestão orçamentária, contábil e financeira) visando a racionalização e o controle do gasto público; (ii) disponibilização na internet de serviços financeiros para acesso pelos contribuintes, instituições públicas e clientes; (iii) automatização do atendimento nas unidades tributárias e financeiras; (iv) monitoramento integral do fluxo financeiro, desde a solicitação dos recursos previstos no orçamento até a contabilização e efetivação do pagamento; (v) análise permanente dos resultados das receitas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e dos critérios de distribuição dos Fundos Constitucionais; e (vi) automatização total do fluxo de pagamentos, possibilitando o planejamento global dos pagamentos do Estado.
- 2.7 **Resultados Fiscais.** Com a implementação do PNAFE, o Estado vivenciou grandes mudanças no que concerne à arrecadação fiscal. No período de 1997 a 2006, as receitas reais de ICMS (atualizadas monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA de dezembro de 2006) cresceram em todos os anos do período. Esse desempenho fez com que a arrecadação deste imposto crescesse 127,65% quando comparada ao arrecadado em 1997, ou seja, adicionou R\$1.086,8 milhões ao total arrecadado em 1996. Em relação ao ano de 2006, os impostos, no ano de 2007, apresentaram a seguinte evolução: ICM = 5%, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) = 20% e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens ou Direitos (ITCD) = 50%.
- 2.8 **Principais dificuldades.** Não obstante os bons resultados acima relatados, verifica-se que a gestão fiscal do Estado do Rio Grande do Norte ainda enfrenta os seguintes problemas: (i) inexistência de plano estratégico e ausência de um modelo de gestão por resultados; (ii) não implementação de proposta de reestruturação organizacional; (iii) desconhecimento do potencial tributário do Estado; (iv) deficiência de gerenciamento das ações nas fronteiras; (v) participação insuficiente em eventos nacionais e internacionais; (vi) insuficiência de informações estruturadas para apoiar o processo de tomada de decisões; (vii) baixa eficiência dos sistemas e processos de fiscalização de trânsito para atendimento à demanda crescente do fluxo de veículos de carga;

(viii) eficiência limitada dos sistemas e processos de fiscalização de estabelecimentos para controlar todos os contribuintes; (ix) baixa recuperação dos créditos tributários nas instâncias administrativa e judicial; (x) deficiências do sistema financeiro, em especial quanto ao controle da dívida pública; (xi) baixa eficiência da ação do controle interno, limitada à auditoria de conformidade; (xii) baixo conhecimento pelo cidadão dos serviços que estão disponibilizados na internet e nos balcões de atendimento; (xiii) lentidão na implantação do programa de educação fiscal; (xiv) modelo de gestão de TIC não consolidado e parque tecnológico insuficiente e desatualizado; (xv) deficiência de comunicação de voz e dados e de acesso a informações corporativas; (xvi) sobrecarga do serviço de *help desk*; (xvii) falta de integração dos sistemas da Dívida Ativa, IPVA e ICMS; (xviii) lentidão dos serviços on-line dado o crescente número de acessos; e (xix) baixa institucionalização da política de desenvolvimento de recursos humanos.

- 2.9 **Objetivo e resultados esperados:** Este Projeto integra a Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO e tem como objetivo geral consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fiscal e financeira do Estado do Rio Grande do Norte. O Projeto está estruturado em 04 (quatro) Componentes e respectivos Subcomponentes e Produtos, conforme segue:
- 2.10 **Componente I – Gestão Estratégica Integrada:** (i) Aperfeiçoamento organizacional e da gestão estratégica mediante a implantação de planejamento estratégico suportado por sistemas de apoio à gestão; de nova estrutura organizacional, com recuperação de unidades regionais e de fronteira; e de sistemática de cruzamento de informações tributárias; e (ii) Cooperação interinstitucional nacional e internacional mediante a ampliação da realização e da participação em eventos de integração.
- 2.11 **Componente II – Administração Tributária e Contencioso Fiscal:** (i) Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária mediante a consolidação e ampliação da base de conhecimentos do sistema de informações gerenciais; o aperfeiçoamento da fiscalização de trânsito e fronteiras; e a sistematização dos protocolos de fiscalização, integrando e cruzando as bases de dados de informações de contribuintes; e (ii) Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal mediante o aperfeiçoamento da sistemática de controle da dívida ativa e da cobrança judicial.
- 2.12 **Componente III – Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno:** (i) Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira mediante o aperfeiçoamento do processo de planejamento, orçamento, programação e execução financeira e controle da dívida pública; e (ii) Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e correição mediante o fortalecimento da Controladoria Geral do Estado para realização de auditorias operacionais.
- 2.13 **Componente IV – Gestão de Recursos Estratégicos:** (i) Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade mediante o aperfeiçoamento dos procedimentos e sistemas de atendimento ao cidadão-contribuinte e a ampliação para a rede de ensino municipal, do programa de educação para a cidadania na área fiscal; (ii) Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação mediante o fortalecimento da gestão e a atualização dos instrumentos e ferramentas de operação de tecnologia de informação; a expansão da rede de comunicação; a implantação dos serviços de serviço de *contact center*; a integração dos sistemas informatizados; e a reestruturação do portal de relacionamento na *internet*; e (iii) Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos mediante a implantação de

planejamento e de política de desenvolvimento de Recursos Humanos e de sistemática de avaliação de desempenho, de acordo com a nova política de cargos e salários.

- 2.14 **Resultados esperados.** Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do projeto são: (i) Trajetória da Dívida / Receita Líquida Real (RLR) (Valor máximo) = 1,0%; (ii) Resultado Primário (Valor mínimo) = R\$60,0 milhões; (iii) Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL) (Valor máximo) = 59,99%; (iv) Receita Própria (Valor mínimo) = R\$3.006 milhões; (v) Outras Despesas Correntes/RCL (Valor máximo) = 33,27%; (vi) 8 unidades/coordenações da SET com objetivos e metas claramente definidos e monitoradas eletronicamente; (vii) 3 setores econômicos com acompanhamento sistemático de resultados (combustíveis, comunicação e energia elétrica); (viii) 07 postos de fronteira recuperados e equipados e 3 unidades regionais recuperadas; (ix) 150 fiscalizações em veículos/mês por processo de amostragem (1500 veículos/dia de carga transitam em média); (x) redução do tempo médio de execução da ação fiscal de 180 dias para o prazo legal de 120 dias; (xi) R\$1,4 milhão de recuperação em cobrança administrativa de devedores de até R\$5 mil; (xii) 300 contratos de dívida automaticamente controlados por sistema informatizado; (xiii) redução do tempo médio de análise dos processos pelo controle interno de 8 a 15 dias para de 7 a 10 dias; (xiv) realização pelo controle interno de pelo menos 2 auditorias operacionais por ano; (xv) aumento de 96.000 para 150.000 acessos únicos/mês dos contribuintes aos serviços on-line; (xvi) 60 municípios com educação fiscal implantada na rede de ensino público; (xvii) elevar a capacidade de atendimento do *contact center* de 1600 para 3000 atendimentos/mês; (xviii) certidão negativa de impostos estaduais unificada (dívida ativa, IPVA, ICMS, ITCD); (xix) 30 novos serviços implantados na Unidade Virtual de Tributação – UVT; e (xx) 1200 oportunidades de capacitação com base na matriz de funções e competências institucionais.
- 2.15 **Impactos.** Quanto aos impactos, o Projeto contribuirá para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do Estado; (ii) a ampliação da sua capacidade de investimento; e, (iii) o aumento da satisfação do cidadão. No âmbito nacional, a Linha de Crédito PROFISCO contribuirá para: (i) a facilitação do comércio interestadual; (ii) a redução da sonegação e da fraude; (iii) o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional; e (iv) a integração dos fiscos.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A presente operação é continuação de uma importante experiência desenvolvida pelo Banco apoiando os processos de modernização na área fiscal e financeira no Brasil nas três esferas de governo em seus diferentes poderes: (i) Programa de Modernização da Receita Federal-1995; (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE – 1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM – 1999); (iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX – 2005); Programa Nacional de Apoio à Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE – 2006); e (v) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia (2003 e 2006).
- 3.2 A SET/RN conta com equipe específica vinculada à Unidade “Projeto de Coordenação da Reestruturação e Modernização Fiscal”, subordinada diretamente ao Secretário, com

experiência adquirida com a execução do PNAFE e com o compartilhamento de soluções técnicas. Esta equipe será responsável pela implementação deste Projeto e do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE), financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como pela interlocução com as ações financiadas pelo PNAGE. (ver anexo III – Referência do Arranjo institucional) No cenário atual verifica-se um forte comprometimento dos níveis estratégicos da SET/RN com o Projeto.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “*Sustainable Finance Toolkit*” do Banco (ver Anexos I e II), que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Tributação. Conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma estratégia ambiental para o Projeto.

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 Como parte da preparação desta operação será aplicada uma metodologia de análise de risco do Projeto, por equipe especializada da Representação do BID no Brasil, programada para julho de 2008, cujos resultados serão incorporados na Matriz de Risco do Projeto, quando da elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD).
- 5.2 Quanto ao cumprimento das metas acordadas com o Governo Federal no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal, constata-se que o Estado vem cumprindo seus principais compromissos. Ainda, quando são analisadas as condições exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para contratação de operações de crédito, verifica-se que o Estado, no momento, atende a todos os requisitos legais, embora esteja acima do limite prudencial nas despesas com pessoal, que deve ser monitorado durante a preparação da operação.
- 5.3 No caso do Estado do Rio Grande do Norte os programas nacionais integradores (Cadastro Nacional Sincronizado (CNS) e Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)) serão desenvolvidos por meio do PMAE/BNDES.
- 5.4 Na parte relativa ao PNAGE, constata-se que não há qualquer superposição de ações com o Projeto, mas complementariedade na parte relativa ao apoio que será oferecido à Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) para o aperfeiçoamento do processo de planejamento e orçamento, por meio capacitação em coleta de dados e de metas físicas e de resultado para o Plano Plurianual (PPA) do Estado.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 Os anexos: IV (Índice dos trabalhos setoriais concluídos e pendentes) e V (Caminho crítico) detalham o cronograma de preparação e estabelecem as etapas e requerimentos necessários para alcançar a aprovação da Proposta de Desenvolvimento de Operação (POD) em setembro de 2008. Estima-se a necessidade de recursos administrativos para a realização de 02 missões, um especialista nacional e um especialista internacional, e contratação de consultor, totalizando US\$ 46,960.00, conforme discriminação anexa.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

1. Save as a Word document.
2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable.
3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State	
	Type of Operation		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Generic Checklist	
	Team Leader		Ana Lucia Paiva Dezolt	
	Project Title		Modernization of the Fiscal Administration of the State of Rio Grande do Norte	
	Project Number		BR-L1207	
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo Santos	
	Assessment Date		2008-06-25	
	Assessment Number		2008-06253121-2	
	Additional Comments			
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Type of Operation		Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified		No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items		No potential issues identified	
	Recommended Action		<p>Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to CESI Secretariat.</p> <p><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>	
	Additional Comments			
	ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		
Title				
Date		2008-06-25		

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		Reform/Modernization of the State	
	Type of Operation		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		Brazil	
	Project Status		New Operation	
	Investment Checklist		Generic Checklist	
	Team Leader		Ana Lucia Paiva Dezolt	
	Project Title		Modernization of the Fiscal Administration of the State of Rio Grande do Norte	
	Project Number		BR-L1207	
	Safeguard Specialist(s)		Arcindo santos	
	Assessment Date		2008-06-25	
	Assessment Number		2008-06254530-2	
	Additional Comments			
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:	
			Comments:	
	Conditions/Recommendations	<ul style="list-style-type: none"> No environmental assessment studies or consultations are required for Category "C" operations (as established under directive B.3 of the Environment Policy). Some Category "C" operations may require specific safeguard or monitoring requirements (Policy Directive B.3). The Project Team must send the PCD (or equivalent) containing an Environmental and Social Strategy (ESS -- the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3; paragraph 9). <p><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>		
SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks		Potential Solutions	
	No issues identified			
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:			Date:
	Comments:			

BRASIL
**PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL
E FINANCEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE/RN (PROFISCO/RN)**

(BR-L1207)

Proposta de Adesão à Linha de Crédito Condicional (CCLIP-PROFISCO BR-X1005)

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

A presente operação faz parte da linha de crédito PROFISCO (BR-X1005). Esta linha de crédito está sendo processada e sua aprovação está prevista para o terceiro quadrimestre de 2008.

Em relação às questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco, que é consistente com a avaliação da equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Tributação. Conseqüentemente, não se considera necessário a preparação de uma estratégia ambiental para o Projeto.

BRASIL
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE - PROFISCO/RN
(BR-L1207)

Índice dos trabalhos setoriais concluídos e pendentes

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Opções técnicas e de desenho do Projeto	1. Estudo sobre Nota Fiscal Eletrônica	Concluído	Link
	2. Nota Técnica para um Programa Fiscal no Brasil	Concluído	Link
	3. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal	Concluído	Link
	4. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados	Concluído	Link
	5. Relatório de Gestão Fiscal 2007	Concluído	Link
	6. Relatório de Encerramento do PNAFE – SET/RN (PCR- modelo BID)	Concluído	Link
	7. Plano de Metas da SET/RN	Concluído	Link
	8. Carta Consulta PMAE/BNDES aprovada	Concluído	Link
	9. Lei 9.010/2007, Autoriza a Operação de Crédito	Concluído	Link
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle	10. Arranjo institucional e mecanismos de execução: (i) Estrutura básica; (ii) Atribuições dos integrantes da estrutura básica; (iii) Acordos de cooperação com outros órgãos e poderes; (iv) Riscos de execução e lições aprendidas com o PNAFE	Concluído	Link
Plano de Ação e de Investimentos (PAI) do Projeto	11. Versão preliminar do detalhamento dos Produtos, Metas, Linhas de Base e Orçamento do Projeto	Concluído	Link
Análise de risco	Aplicação da metodologia de análise de risco pela equipe da representação	07.julho.2008	
Capacitação	Políticas de Aquisições do Banco	09 a 11.julho.2008	

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Marco de Resultados do Projeto	Detalhamento dos resultados esperados relativo aos Produtos selecionados e respectiva Linha de Base	05.agosto.2008	
Sistemática de Monitoramento e Avaliação e Quadro de Indicadores	Elaboração da SM&A e definição do quadro de indicadores que permitirá o monitoramento da linha de base do Marco de Resultados	05.agosto.2008	
Atores-chave e questões políticas	Apresentação de minutas de convênios para viabilizar a participação de outros poderes e/ou níveis de governo	1º.setembro.2008	
Reconhecimento de gastos antecipados	Apresentação de relação de gastos antecipados de contrapartida e/ou financiamento	1º.setembro.2008	

BR-L1207

Caminho Crítico: Cronograma de Preparação e Recursos

[illegible]

Missões	Fundo/ US\$	Data Esperada Informe Final
Identificação e Orientação (2 staffs, 1 consultor)	ADM	20/06/2008
Análise (2 staffs, 1 consultor)	ADM	05/09/2008

Custos Estimados para a Preparação do Programa

Orçamento Administrativo para BR-L1207			
Tempo da Equipe de Projeto		# dias	
Chefe de Equipe (ICF/FMM)		44	
Especialista Fiscal (ICF/FMM)		44	
Especialista de Salvaguardas		1	
Advogado (LEG/SGO)		10	
Assistente de Projeto (ICF/FMM)		44	
Subtotal		143	
Missões da Equipe de Projeto	Diárias	Pass.	Custo US\$
Identificação: (1 staff internacional x 7 dias)	7xUS\$260	US\$5,500	US\$7,320
(1 staff nacional x 5 dias)	5xUS\$260	US\$1,000	US\$2,300
Orientação / Análise: (1 staff internacional x 7 dias)	7xUS\$260	US\$5,500	US\$7,320
(1 staff nacional x 5 dias)	5xUS\$260	US\$1,000	US\$2,300
Subtotal	US\$ 6,240	US\$13,000	US\$19,240
Consultor	US\$/dia	# dias	Custo US\$
Consultor Fiscal Nacional	450	40	US\$18,000
Missões – Consultor	Diárias	Pass.	Custo US\$
Pré-Identificação: (1 consultor nacional x 5 dias)	5xUS\$260	US\$1,000	US\$2,300
Identificação: (1 consultor nacional x 6 dias)	6xUS\$260	US\$1,000	US\$2,560
Pré-Orientação/Análise: (1 consultor nacional x 5 dias)	5xUS\$260	US\$1,000	US\$2,300
Orientação / Análise: (1 consultor nacional x 6 dias)	6xUS\$260	US\$1,000	US\$2,560
Subtotal	US\$ 5,720	US\$4,000	US\$9,720
Total Orçamento Administrativo			US\$46,960